



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDÃO

ATA Nº 1/2025

SESSÃO ORDINÁRIA

28 DE FEVEREIRO DE 2025

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: Rita Navalho

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco pelas vinte horas, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

Intervenção do Público

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação da ata da sessão anterior;
2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;
3. Relatório Anual de Atividades da CPCJ 2024;
4. Alteração ao Modelo de Organização Interna dos Serviços Municipais;
5. Alteração Modificativa – Revisão nº 1/ 2025 ao Orçamento.

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia: -----

Miguel Mora Alves, Adérito Garcia, Joana Ramos, Maria Aida Batista, Joaquim Serras, Rui Valente, Dora Grácio, Fernando Vasco, Marcelo Serras, Rita Navalho, César Marques, Paulo Lourenço, Adriano Martins, Vitor Morais, Alcina Almeida, Miguel Alves, Paulo Pedro, Dora Santos, Duarte Batista. -----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Carlos Duarte e Patricia Silva. -----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão com a leitura de um texto referente ao Estatuto de Oposição nas Autarquias Locais, enaltecendo o trabalho do Senhor Vereador Carlos Duarte sobre este assunto e cujo teor a seguir se transcreve: -----

“No Direito de oposição é assegurado às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das Regiões Autónomas e das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei

São titulares do direito de oposição os partidos políticos representados na Assembleia da República e que não façam parte do Governo, bem como os partidos políticos representados nas assembleias legislativas regionais e nos órgãos deliberativos das autarquias locais e que não estejam representados no correspondente órgão executivo.

Os titulares do direito de oposição têm o direito de ser informados regular e diretamente pelos correspondentes órgãos executivos sobre o andamento dos principais assuntos de interesse público relacionados com a sua atividade.

As informações devem ser prestadas diretamente e em prazo razoável aos órgãos ou estruturas representativos dos partidos políticos e demais titulares do direito de oposição.

No que diz respeito ao Direito à Informação e à Oposição e o Acesso aos Documentos Administrativos nos órgãos deliberativos das autarquias locais no âmbito da assembleia de freguesia, é atribuído a qualquer dos seus membros o direito de solicitar e receber, através da mesa, informações da junta de freguesia sobre assuntos de interesse para a Freguesia e sobre a execução de deliberações anteriores (alínea d) do n.º 1 do artigo 10.º do RJAL), competindo ao presidente da junta de freguesia responder, no prazo máximo de 30 dias, aos pedidos de informação formulados (alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º).

E, à assembleia municipal, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 25.º do RJAL, compete solicitar e receber informação, através da mesa e a pedido de qualquer membro, sobre assuntos de interesse para o município e sobre a execução de deliberações anteriores, à mesa da assembleia municipal, nos termos da alínea i) do n.º 1 do artigo 29.º do RJAL, requerer à câmara municipal ou aos seus membros a documentação e informação que considere necessárias ao exercício das competências da assembleia municipal, assim como ao desempenho das suas funções, nos termos e com a periodicidade julgados convenientes e ao presidente da câmara municipal, nos termos da alínea s) do n.º 1 do artigo 35.º do RJAL, responder, em tempo útil e de modo a permitir a sua apreciação na sessão seguinte da assembleia municipal, aos pedidos de informação apresentados por esta.

Entende-se, assim, estar suficientemente demonstrado que os membros da assembleia [municipal ou de freguesia] são titulares de um interesse direto, pessoal, legítimo e constitucionalmente protegido suficientemente relevante, após ponderação, no quadro do princípio da proporcionalidade, de todos os direitos fundamentais em presença e do princípio da administração aberta, que justifica o acesso à informação (cfr. alínea b) do n.º 5 do artigo 6.º da LADA) e que a finalidade específica do tratamento dos dados pessoais – acompanhamento e fiscalização da atividade da câmara e da junta pela, respetivamente, assembleia municipal e de freguesia – é determinada, explícita e legítima, sendo esse tratamento lícito, de acordo com o disposto nos artigos 5.º e 6.º do RGPD.

Pelo que, assiste aos membros da assembleia [municipal e de freguesia], para cumprimento dos seus deveres/obrigações de fiscalização, o direito a serem informados e

de terem acesso à informação, devendo, porém, os dados a facultar ser limitados a essa finalidade (cfr. alínea c) do n.º 1 do artigo 5.º do RGPD).

Os deputados municipais, assim como os membros das Assembleias de Freguesia, não são fregueses ou munícipes comuns, têm um mandato de eleitos locais, logo, com acesso direto e atempado à informação, documentação e atas que importam no processo de decisão dos executivos de Câmara e de Freguesia.

Em que medida, os Srs. Deputados Municipais, iriam ficar desconfiados da eventual opacidade e falta de transparência do executivo e aborrecidos comigo enquanto Presidente da Assembleia Municipal.

Vamos imaginar, que por ventura, as atas desta Assembleia, as atas das reuniões de Câmara Municipal ou outro qualquer documento importante, não estivessem publicados no site da Câmara ou acessíveis e, mesmo assim, o Presidente da Assembleia Municipal não diligenciasse todos os esforços para que esses documentos chegassem às vossas mãos o mais depressa possível, sem formalismos, sem dificuldades, dando cumprimento ao Regimento da Assembleia Municipal, ao Regime Jurídico das Autarquias Locais e ao Estatuto da Oposição.” -----

Questiona em que medida os Srs. Deputados iriam ficar desconfiados da eventual opacidade ou falta de transparência do executivo e ficariam aborrecidos com o Presidente da Assembleia, propondo uma discussão abstrata, dado que naquela sede, todos têm um papel a desempenhar e para que o mesmo seja feito com rigor, têm de ter acesso à informação. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Miguel Alves começando por parabenizar o Grupo Desportivo Os Lagartos de Sardoal por estar presente na final de futsal feminino, a Comissão de Desenvolvimento de Venda Nova pela eleição dos novos corpos sociais, assim como a Loja do Cidadão e os seus funcionários pela passagem do nono aniversário. -----

Sobre as palavras do Senhor Presidente da Assembleia, disse depreender que se estivesse a referir às atas solicitadas por um munícipe à Junta de Freguesia, as quais têm de ser pedidas de acordo com o Código do Procedimento Administrativo, contudo, se tivesse feito o pedido à mesa da Assembleia de freguesia, teriam sido entregues e enquanto não fizer o pedido aquela mesa, não serão entregues, sendo necessário fazer o pedido expresso, assiná-lo e o mesmo terá de ser autorizado pelo Presidente da junta ou pelo Presidente da Assembleia de freguesia. -----

O Senhor deputado prestou informações sobre o sucedido e referiu que todas as atas daquele organismo se encontram publicitadas no site do mesmo e, na sua opinião as

palavras do Presidente dirigidas diretamente à Junta de Freguesia de Sardoal não estão corretas e como tal não admite que o faça. -----

Respondeu o Senhor Presidente da Assembleia que naquele espaço fará as intervenções que entender e na sua opinião, cada um deve respeitar o papel que tem, sem formalismos ou dificuldades, facultar dentro do que é a lei e dos regimentos que devem ser cumpridos, fornecer toda a informação de forma que tudo seja claro e que não tenha opacidade e para que não haja dúvidas a respeito das coisas. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adérito Garcia, que começou por se referir ao processo de concurso da Creche Municipal, o qual, poderá vir a ter um acréscimo no preço inicial na ordem dos 200000€, questionando quais as responsabilidades que a Câmara Municipal tem neste processo e que por ventura não cumpriu e que de alguma forma vieram ajudar a este desfecho. -----

Questionou qual o ponto de situação das obras em curso, no concelho, nomeadamente, as passagens hidráulicas de Alcaravela e da ponte de acesso a Santa Clara e das obras nos blocos habitacionais da Tapada da Torre. -----

Continuou referindo-se ao projeto do espaço coworking a ser instalado no antigo centro de saúde, o qual esta ocupado pelos Gips, questionando se estes operacionais ainda ali se mantêm ou se foram deslocados para outras instalações, se essa alteração tem custos e se é a Câmara que está a pagar e se for esse o caso, qual o valor mensal ou anual. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara começando por referir que o espaço cowork será instalado no antigo centro de saúde e que será apresentada uma proposta alternativa para instalação da UEPS, na próxima reunião de Câmara, continuando naquele espaço os operacionais, até que tenham uma alternativa. -----

Relativamente ao concurso da creche municipal, referiu ser um processo muito moroso, desde o início do projeto, com um determinado valor, até à aprovação da candidatura, sendo sua opinião que a desmotivação da empresa poderá ter sido o desfasamento entre o preço em que o projeto foi feito e que durou cerca de dois anos. -----

Informou que o novo concurso está a decorrer e a abertura de novas propostas do concurso público será dia 10 de março. -----

Disse ainda que haveria sempre lugar a revisão de preços, independentemente de o empreiteiro abandonar ou não a obra, não havendo um claro prejuízo financeiro para o Município, mas sim temporal. -----

Sobre as obras em curso, referiu estar a ser feito o caderno de encargos para a eficiência energética nos edifícios da administração pública, nomeadamente para a Piscina Coberta,

estando também a ser feito um estudo, para melhoria da eficiência energética no parque desportivo, iluminação. -----

Referiu a revisão do projeto dos meios materiais da Casa da Proteção Civil, na qual a UEPS será instalada, sendo transitória a solução agora encontrada. -----

Referiu um conjunto de projetos no âmbito da eficiência hídrica e dos resíduos, em parceria com a Tejo Ambiente, que assumirá a componente nacional. -----

Mencionou o trabalho com outra empresa para o parque urbano multiusos, a requalificação da zona entre as piscinas coberta e descoberta, um campo de jogos; o projeto para a praia fluvial da Rosa Mana; a reabilitação da Igreja Matriz, cuja candidatura iria avançar na segunda feira seguinte, e que faz parte dos Investimentos Territoriais Integrados, e irá avançar-se também para o concurso para a empreitada da obra para se ganhar tempo, contudo a obra só avançará após aprovação do instrumento financeiro. ----

Referiu estar a aguardar-se um parecer da CCDR, relativamente à reabilitação do Mercado Diário. -----

Mencionou a entrega do projeto de requalificação do Jardim de Infância da Presa, na semana seguinte e, a normalidade com que decorrem as obras de Pisão e Tojeira. -----

Referiu estar concluída a Biblioteca Municipal, convidando os deputados para a sua inauguração, no dia 21 de março. -----

Sobre o parque habitacional de fonte da estrada, informou que o concurso ficou deserto, estando neste momento em fase de revisão de projeto e posteriormente será posto em concurso, assim como o está feito o projeto do Espaço Empreende e será posto também a concurso, dentro do Plano revitalização do Pinhal Interior. -----

Referiu outras obras em fase de projeto, como o 1º Dto, a Rua do Poço dos Açougues, a Rua da Ladeira, pequenas obras nas habitações da Tapada do Milheiriço. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Vice-Presidente, o qual prestou informações relativamente às obras nas passagens hidráulicas, na serra de Santa Clara e na ponte no início da subida para aquela localidade, informando que a obra decorre na normalidade e tem sido feito de tudo para que a estrada não seja interditada, o que acontecerá quando se proceder à colocação do alcatrão. -----

Continuou o Senhor Presidente da Câmara informando estar a aguardar-se um parecer no âmbito da arqueologia para a criação de 6 apartamentos na antiga GNR. -----

Referiu também a requalificação das casas de banho publicas, e a adjudicação, no dia 21 de fevereiro, da obra de pavimentação da praça nova. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo que, sobre as passagens hidráulicas, ter entendido no início, que haveria rachaduras nas mesmas, questionando se esta questão ficou resolvida, ao que o Senhor Vice-Presidente respondeu que o foco da obra não são os taludes, mas o reforço da ponte em si. -----

Sobre o desfecho do processo da creche, o Senhor Presidente referiu que o Tribunal de Contas não responde de imediato ao pedido de parecer efetuado pelo Município, o mesmo acontecendo por parte do Município, às questões colocadas por aquela instituição, porque é necessário instruir o processo de resposta, sendo assim que funciona em todas as obras, tendo, o prazo de seis meses, sido ultrapassado, como em outras situações e, pela primeira vez, uma empresa alegou essa situação para não fazer obra. Na sua opinião não há responsabilidades, havendo prazos para cumprir e tempo que é necessário para a instrução dos processos para se darem respostas, tendo sido assim que o processo decorreu, não havendo prejuízos em termos financeiros porque o projeto irá novamente a concurso, não se sabendo qual o preço a que a obra será adjudicada, mas se não fosse por um lado, seria pela revisão de preços, de acordo com a lei, tendo os custos sido validados.

Relativamente aos prédios da Tapada da Torre, manifestou o seu apreço, consideração e reconhecimento pelos moradores daqueles apartamentos, porque as coisas não deviam correr como tem sido, pois tem havido situações que a devido tempo serão avaliadas, mas o importante é que a obra termine o mais rapidamente possível para que as pessoas tenham o conforto nas suas habitações, pois esse é o objetivo da obra, lamentando que o ponto de partida e as expectativas da Câmara e dos moradores, fosse uma e que não veio a acontecer, contudo, a seu tempo, todas as situações serão analisadas e ver-se-á o que há a fazer. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado César Marques referindo-se ao programa Creche Feliz, questionando quais as melhorias e a partir de que data surtem efeito. -----

Fez referencia à organização por parte do Município do Trail, Terras do Sardão, cuja importância é, não só desportiva, mas também cultural. -----

O Senhor deputado questionou qual o ponto de situação relativamente à ausência dos meios aéreos no CMA no concelho, qual a previsão de um novo equipamento de meio aéreo no concelho e se a época de incêndios está ou não comprometida com essa ausência. -----

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara e referindo-se à Creche Feliz, disse ter sido proposto pelo Município, no início deste processo, que se tivesse em consideração o numero de crianças que não estavam abrangidas pela mesma, estando neste momento

todas as crianças na Creche abrangidas, porque o Instituto da Segurança Social apresentou uma adenda ao protocolo abrangendo todas as crianças com retroatividade a 1 de setembro. -----

Em relação aos meios aéreos, referiu ser incompreensível o que foi feito ao meio aéreo que estava no concelho de forma permanente, mas considerando o histórico do mês de abril de 2024, em termos climatéricos de risco elevado ou muito elevado, não haveria necessidade de se ter o meio aéreo antes do dia 15 de maio, sendo que, até ao dia 15 de abril, o único meio aéreo próximo é em Santa Comba Dão e no Algarve e, na sua opinião foi uma decisão muito pouca técnica. -----

Continuou referindo que este helicóptero e o centro de meios aéreos não é só do Sardoal, mas serve uma região num raio de 40 kms, ou seja, neste raio, durante o mês de abril e até ao dia 15 de maio não há um meio aéreo pronto para avançar. -----

Contudo, foi assegurado pelo presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil que se em termos climatéricos houver dias de risco elevado, seria colocado um helicóptero no centro de meios aéreos. -----

Tomou a palavras o Senhor deputado Paulo Pedro, congratulando a Câmara Municipal pela obra em Pisão e Tojeira, referindo a importância para o desenvolvimento daquelas aldeias, o que poderá cativar novos residentes. -----

O Senhor Presidente referiu que os Sardoalenses e as aldeias merecem esta obra independentemente do número de habitantes, tendo sido uma obra a que o executivo se propôs quando assumiu a gestão municipal. -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos, dizendo ter ido ver as atas no site da Junta de Freguesia de Sardoal, constatando a existência de um edital de 2024, e uma ata de 2023 questionando qual o sítio certo para se encontrar as atas, ao que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal respondeu que todas as atas da Assembleia de Freguesia estão colocadas no site, lamentando que a Senhora deputada Joana Ramos nunca tenha ido assistir a uma Assembleia de Freguesia de Sardoal, na qual pudesse ter sido esclarecida. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves e referindo-se à importância da pavimentação em Pisão e Tojeira, mencionou haver outros pontos na sede do concelho que estão em muito mau estado, nomeadamente a Rua Cónego Silva Martins, Rua David Serras Pereira, a existência de um largo há muitos anos por pavimentar entre a UEPS e a Junta de Freguesia, Travessa de Santa Catarina, Rua de São Miguel, Rua Bivar Salgado, Vale da Amarela, entre outras. -----

Questionou o Senhor deputado, qual o plano estimado para estas obras na sede do concelho, até ao final do mandato. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o critério usado sempre foi o sítio onde moram pessoas, e, o Vale da Amarela, na sua opinião, não tem este enquadramento, tendo sido gastos milhões de euros, sem fundos comunitários, para estas obras nas aldeias, ondem as pessoas que lá moram pagam IMI, mas não se conseguindo chegar a todo o lado, contudo, considera que a maior parte do trabalho está feito. -----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves questionando se a sede do concelho até ao final do mandato e todas as estradas referidas anteriormente, nada vai ser feito. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que outras pessoas irão continuar referindo-se ao Plano de Atividades e Orçamento, no qual contam as obras e o dinheiro que será gasto, espelhado nos próximos 5 anos, pois os investimentos não são todos previstos para 2025. --

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, lembrando eu as eleições só serão em setembro ou outubro do corrente ano, e até lá todos os partidos quererão começar a fazer trabalho, mas devem manter-se nas situações de forma saudável. -----

Sobre as atas e apesar de todos terem direito à sua opinião, mas devem de ser vistos também outros casos, porquanto a freguesia de Valhascos é a única que tem as atas da Assembleia de Freguesia em dia publicadas, todas as outras estão em pé de igualdade, deixando o desafio a todos os Presidentes de Junta para atualizarem as informações. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia referindo ter falado das Assembleias Municipais e das Assembleias de freguesia, sempre, tendo falado dos pressupostos do papel das assembleias municipais do papel das assembleias de freguesia nunca foi focado nas Assembleias de Freguesia, concordando com o Senhor deputado quando refere que que todas as juntas de freguesia deviam ter as atas disponíveis, não tendo, todas as juntas de freguesia deviam disponibilizá-la sem formalismos. -----

Disse ainda que se toda a gente facilitar o que tem a facilitar ou à sua oposição tudo corre bem sem problemas, pois é o que tem tentado fazer sempre, facilitar o trabalho uns aos outros. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Rui Valente referindo-se à aprovação do tarifário da Tejo Ambiente, na ultima Assembleia, na qual o Senhor Presidente da Câmara tinha dito que se não fosse aprovado por todos os municípios, o agravamento seria superior, como a Assembleia de Tomar chumbou os valores apresentados pela Tejo Ambiente, questiona qual será o aumento que na tarifa da água e do saneamento. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra, respondendo que o pior cenário foi aquele que aconteceu, com o tarifário a ser aplicado em breve, de 2.7% para a água e águas residuais e resíduos urbanos, 7,7%, porque é o que está no estudo de viabilidade económica e financeira e está no contrato de gestão delegada, documento que foi aprovado por todas as Assembleias Municipais e na do Sardoal, sem votos, contra, e no qual é referido como a empresa é gerida e a evolução do tarifário. -----

Foi dada a palavra ao Senhor deputado Adriano Martins começando por parabenizar a Associação de Jovens pelas atividades realizadas. -----

Questionou qual o separador no site da Junta que dá acesso à consulta das atas, ao que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia respondeu, mencionando as que estão em falta.

Tomou a palavra o Senhor deputado César Marques referindo que no dia 27 de janeiro se tinha realizado a reunião de apresentação Unidade Local de Saúde do Médio Tejo, a qual foi feito um balanço das atividades da atividade assistencial 2024 onde foram apresentados os indicadores de desempenho da ULS, incluindo números de consultas, tempos de espera, internamentos, cirurgias realizadas, onde foi destacado todo todos os desafios e todas as respostas que foram dadas aos utentes do Médio Tejo nomeadamente feito um comparativo até com anos anteriores e foi também feito um comparativo até com outras regiões do país e, na sua opinião, está-se muito bem no que diz respeito à saúde, ainda assim também foram apresentados o Plano de Desenvolvimento Organizacional para 2025, onde foram apresentadas as estratégias que a Unidade Local de Saúde do Médio Tejo tem para a região, como também foram solicitados apoios aos municípios e aos autarcas presentes, na procura de respostas para a qual esta instituição ainda não conseguiu dar resposta, nomeadamente, melhorias no acesso a cuidados de saúde estão amplamente planeados o reforço no que concerne tratamentos e a meios de diagnóstico e terapêutica também estão assegurados, mas o principal foco dessa reunião foi a procura de soluções para a dificuldade de alocar médicos de família às regiões do Médio Tejo, tendo sido feito um exercício conjunto tendo havido alguns resultados que poderão depois no futuro vir a melhorar esta questão. -----

Referiu terem sido apresentados dados concretos com melhorias de tempos de espera, redução de tempos de espera para consultas, para cirurgias, tendo havido uma melhoria qualificativa. -----

O Senhor deputado agradeceu à ULS do Médio Tejo por ter feito esta divulgação e de ter colocado nos decisores políticos a informação como ela é na verdade. -----

Continuou questionando ao Senhor Presidente da Assembleia, se recebeu alguma comunicação formal do Partido Socialista do Sardoal, relativamente à ausência nesta reunião para a qual foi convocado, pois para si, a participação de todas as forças políticas é essencial para este debate construtivo. -----

O Senhor Presidente da Assembleia respondeu não ter recebido qualquer comunicação do PS, sobre a reunião ou justificação da sua ausência. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo não ter sido uma convocatória, mas sim um convite, lamentando que da parte do PS não houvesse alguém disponível, dado o tempo que foi agendado. -----

Interveio o Senhor deputado Joaquim Serras referindo ter estranhado o incomodo do PS quando o Senhor Presidente da Câmara apresentou as obras que se pretende fazer, pois parece que se incomodam por se mostrar trabalho feito.

Gostaria de acrescentar à lista de obras elencadas, a necessidade de se fazer obras de aumento da zona industrial, a necessidade de haver mais lotes disponíveis para se instalarem novas empresas e para criar novos postos de trabalho e para se desenvolver mais o concelho em termos do desenvolvimento económico. -----

No âmbito do turismo, referiu a necessidade de se ter um plano de desenvolvimento de toda a zona da barragem da Lapa, da capela, da praia fluvial. -----

O Senhor deputado referiu ainda lamentar a discussão, em sede de Assembleia Municipal, relativa à questão das atas ocultas ou desaparecidas da Junta de Freguesia de Sardoal. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo que o alargamento do parque empresarial é um dos objetivos e está no plano, tendo havido um concurso que ficou deserto, mas esse projeto será retomado, contudo, considerando que o Município entrou no Plano de Revitalização do Pinhal Interior, o qual está a dar os primeiros passos, havendo um conjunto de empresas novas que se estão a fixar no Espaço Empreende, para terem a possibilidade de concorrer aos fundos do Plano de Revitalização. -----

Em relação à barragem da Lapa, o Senhor Presidente referiu não poder haver qualquer plano no âmbito do Turismo enquanto a mesma estiver classificada para consumo humano, tendo tido uma reunião com a Águas de Vale do Tejo e recentemente falou com o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, percebendo haver a intenção de resolver o problema da barragem e a intenção é mante-la como reserva estratégica para consumo humano. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente referindo-se a um imóvel em ruínas, em Valhascos, sobre o qual já chamou a atenção, questionando sobre o ponto de situação, ao

que o Senhor Presidente respondeu existirem vários imóveis em situação idêntica, estando os mesmos a ser tratados. -----

Intervenção do Público

Interveio a munícipe, Senhora Maria Eugénia Nunes Prata Pinheiro, apresentando dois assuntos, o primeiro sobre esclarecimento sobre as petições e o segundo, reclamação sobre falseamento da ata de reunião de Câmara de 2 de outubro, ata nº 19. -----

Relativamente ao primeiro ponto, disse supor que o Senhor Presidente irá apresentar um relatório sobre as atividades, onde também entram os recursos, e daí talvez venha a perceber o porquê da falta de isenção e de falta de neutralidade na análise das petições. ---

No que concerne ao segundo ponto, referiu que na ata de 2 de outubro, aprovada por unanimidade do executivo camarário, lhe foram atribuídas declarações que não fez e foi omitido o que de facto disse, escreveu e enviou ao Senhor Presidente, sobre a questão do referendo que tinha sido sugerido. Referiu ter sido dito, que disse que não podia fazer o referendo, mas a munícipe nunca disse tal coisa, sendo que, o que disse, citou e transcreveu no seu discurso, em resposta enviada ao Senhor Presidente, não aparecendo na ata em lado algum, aparece uma declaração que nunca fez. -----

Na sua opinião, deve ser reposta a ata de acordo com o que aconteceu, com o que de facto aconteceu, tendo enviado a resposta ao Senhor Presidente no prazo por ele pedido. -----

Disse ainda que na ata só aparece a resposta do outro signatário, tendo a sua desaparecido completamente. -----

O que disse é que não podia, e o que está é que nenhum foi claro na sua decisão. -----

Na sua opinião, aquilo que enviou é absolutamente claro. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente dizendo não saber do que a munícipe está a falar e que irá ver o que se passa, garantindo não haver qualquer falsificação de ata alguma e, inclusive por uma questão de transparência, todas as reuniões de Câmara estão disponíveis online e uma ata não é uma transcrição *ipsis verbis* do que aconteceu na reunião, mas um resumo., tendo todo o direito de querer ver espelhado em ata, algo que lá não esteja. -----

A ata foi aprovada por unanimidade pelo executivo, que entendeu estar de acordo com o resumo da reunião, contudo, a situação será validada. -----

Ordem de Trabalhos

1. Aprovação da ata da sessão anterior;

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade. -----

2. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente referiu que o documento é um resumo bastante completo das atividades do município e do executivo. -----

Referiu a diminuição da dívida de 721 mil euros, apesar de ainda haver valores a receber das obras da escola, da biblioteca, da tapada da torre e dos condomínios da aldeia, valores que o Município adiantou e que será ressarcido. -----

Manifestou a sua disponibilidade para responder aos esclarecimentos solicitados. -----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia questionando sobre o ponto de situação do PDM. -----

O Senhor Presidente procedeu à leitura do parágrafo que se encontra na Informação, sobre o PDM. -----

O Senhor deputado referiu ter lido a informação, contudo, gostaria de saber dados mais detalhados, ao que o Senhor Presidente referiu que se tivesse mais informações sobre o assunto tê-lo-ia escrito no documento. -----

Interveio o Senhor deputado Miguel Alves questionando sobre o ponto de situação dos passeios no complexo desportivo, entre o campo de futebol 11 e 7, tendo visto que ocorreram algumas obras, nomeadamente canalizações e a colocação de iluminação led, o que é muito bom. -----

O Senhor Presidente informou ter sido pedido aos serviços operacionais para intervencionarem o passeio, mas pelo que o Senhor deputado referiu, parece que ainda não o fizeram, pelo que irá validar o assunto. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do documento. -----

3. Relatório Anual de Atividades da CPCJ 2024;

Considerando a alínea j), do ponto 2, do art. 18º (competência da Comissão Alargada) e do nro. 2, do art. 32º da Lei nro. 147/ 99 de 1 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nro. 142/ 2015, de 8 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, tomou conhecimento do Relatório Anual de 2024. -----

4. Alteração ao Modelo de Organização Interna dos Serviços Municipais;

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referindo que os novos desafios e as novas competências obrigam a repensar a estrutura orgânica de serviços da Câmara Municipal, propondo-se que a mesma continue com uma estrutura hierarquizada, alterando-se apenas o número de unidades orgânicas, isto é, mantendo as duas unidades orgânicas, DOUA – Divisão de Obras, Urbanismo e Ambiente e DAF – Divisão Administrativa e Financeira, dividindo a atual divisão denominada por Gabinete de Desenvolvimento Humano e Social, em duas, Unidade de Educação, Saúde e Ação Social e Unidade de Desporto, Cultura, Turismo, Comunicação e Desenvolvimento Estratégico, onde se englobam os serviços de educação, saúde, ação social, desporto, cultura, turismo e comunicação, pois não é fácil gerir uma divisão com todos estes componentes, e, com a transferência de competências no âmbito da ação social, com o CLDS, o Radar Social, propondo que duas se mantenham com dois dirigentes de segundo grau, como até à data, e as duas a criar, com dirigentes intermédios de terceiro grau, tendo havido um racional para esta situação, nomeadamente o nro de funcionários adstritos a cada divisão. Informou continuar-se com o número máximo de 7 subunidades orgânicas, que são aquelas que já têm coordenadores. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia dizendo que sobre a estrutura apresentada, o PS nada tem a opor, contudo, no que concerne ao regulamento anexo ao documento detetou algumas incorreções, mencionando as mesmas, na sua opinião uma gralha no articular dos artigos e na sua opinião deve ser corrigido antes da aprovação.

O Senhor Presidente da Câmara referiu não mexer com o essencial nem com a estrutura, sendo uma questão de texto. -----

Propôs que o documento fosse sujeito a aprovação com o compromisso de correção daquela situação, enviando o texto final para os Senhores deputados validarem antes da sua publicação. -----

O Senhor deputado Adérito Garcia aceitou a proposta, devendo ser o mais breve possível. - De acordo com o estipulado no artigo 6º, do decreto-Lei nro. 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar a Alteração ao Modelo de Organização Interna dos serviços municipais, com dezasseis (16) votos a favor e três (3) abstenções. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

5. Alteração Modificativa – Revisão nº 1/ 2025 ao Orçamento.

Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara referindo que o que se propõe é a integração do saldo de conta de gerência não consignado do ano de 2024, para reforço das rubricas, amortização do empréstimo a médio e longo prazo e longo prazo para a escola nova, e para a biblioteca e para a contrapartida nacional da candidatura “Sardoal, Turismo Inovação”, que está a decorrer. -----

Referiu ser proposto também a inclusão de nova rubrica, relacionado com o apoio que o governo dá aos jovens no âmbito do IMT, informando sobre o assunto. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia referindo que o documento refere um mapa de demonstração de desempenho orçamental de 2024, que suporta os valores, o qual deveria ter sido partilhado com a Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente deu razão ao Senhor deputado, pois é um documento que não deveria estar em falta, solicitando que quando detetar a falta de algum documento, em situações futuras, alertar para essa situação, para que se possa repor a incorreção. -----

Considerando a alínea a) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar a Alteração Modificativa - Revisão nº1/ 2025 ao Orçamento com dezoito (18) votos a favor e uma (1) abstenção. -----

Considerando o n.º 3 do artigo 92º da Lei nº 169/ 99, de 18 de setembro, na nova redação dada pela Lei nº 5-A/ 2002, de 11 de janeiro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade **aprovar em minuta** a deliberação tomada. -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram dez horas nove horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____